



Metamorfoses da Sociologia em Tempos de Crise

Metamorphoses of Sociology in Times of Crisis

Metamorfosis de la sociología en tiempos de crisis

Raquel Andrade Weiss* 

Felipe Maia** 

Giuseppe Ricotta*** 

RESUMO

O artigo introduz o tema das crises na sociologia e apresenta o dossiê “Metamorfoses da Sociologia em Tempos de Crise”. Para tanto oferece uma breve revisão da literatura sobre crises na sociologia, destacando a importância da discussão conceitual, das relações entre crises no âmbito da sociedade e no plano do conhecimento, bem como de temas presentes nos diagnósticos de crise contemporâneos. Discute-se como alguns temas são recorrentes, aparecendo em contextos distintos, o que pode caracterizar diferenças mais duradouras no autoentendimento dos sociólogos sobre a própria disciplina. Ao mesmo tempo, o artigo destaca algumas novidades do debate contemporâneo, em especial, a polêmica em torno da existência e definição de um “cânone” sociológico e a emergência da ecologia como um tema importante, articulado com transformações na percepção social das crises e problemas. Os artigos que compõem o dossiê são apresentados ao longo do texto em articulação com a literatura mais ampla.

Palavras-chave: conceito de crise, crise e a prática sociológica, crise da sociologia, policrise.

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Professora associada do departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, coordenadora do Centro Brasileiro Estudos Durkheimianos e pesquisadora do CNPq e da Fundação Humboldt.

** Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil.

Doutor em Sociologia. Professor do departamento e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. Pesquisador do CNPq.

*** Sapienza Università di Roma, Roma, Itália.

Professor Titular de Sociologia. Doutor em Sistemas Sociais e Análise de Políticas Públicas.

ABSTRACT

This article introduces the topic of crises in sociology and presents the dossier “Metamorphoses of Sociology in Times of Crisis.” To this end, it offers a brief review of the literature on crises in sociology, highlighting the importance of conceptual discussion, the relationships between crises within society and within knowledge, as well as themes present in contemporary crisis diagnoses. It discusses how some themes are recurrent, appearing in distinct contexts, which may characterize more lasting differences in sociologists’ self-understanding of the discipline. At the same time, the article highlights some new developments in the contemporary debate, particularly the controversy surrounding the existence and definition of a sociological “canon” and the emergence of ecology as an important theme linked to transformations in the social perception of crises and problems. The articles comprising the dossier are presented throughout the text in conjunction with the broader literature.

Keywords: concept of crisis, crisis and sociological practice, crisis in sociology, polycrisis.

RESUMEN

Este artículo introduce el tema de las crisis en sociología y presenta el dossier “Metamorfosis de la sociología en tiempos de crisis”. Para ello, ofrece una breve revisión de la literatura sobre crisis en sociología, destacando la importancia del debate conceptual, las relaciones entre las crisis en la sociedad y en el conocimiento, y los temas presentes en los diagnósticos de crisis contemporáneos. Se analiza cómo algunos temas son recurrentes y aparecen en contextos distintos, lo que puede caracterizar diferencias más duraderas en la autocomprensión de la disciplina por parte de los sociólogos. Al mismo tiempo, el artículo destaca algunas novedades en el debate contemporáneo, en particular la controversia en torno a la existencia y definición de un “canon” sociológico y el surgimiento de la ecología como un tema importante, vinculado a las transformaciones en la percepción social de las crisis y los problemas. Los artículos que componen el dossier se presentan a lo largo del texto en conjunción con la literatura más amplia.

Palabras clave: concepto de crisis, crisis y práctica sociológica, crisis en sociología, policrisis.

No título deste dossiê lançamos a questão sobre as metamorfoses vividas pela Sociologia em “tempos de crise”. Essa formulação deixa em aberto a questão quanto à *temporalidade* e ao *objeto* da crise. Não definimos *a priori* se a expressão “tempos de crise” é entendida de forma genérica ou se nos referimos especificamente ao presente como um “tempo de crise”. Do mesmo modo, o título deixa em suspenso se a crise se refere à sociedade ou à própria Sociologia.

A abertura da dimensão temporal tinha como intuito, em primeiro lugar, convidar a discussões que contemplassem tanto uma perspectiva diacrônica quanto outros momentos históricos nos quais a crise tenha ocupado lugar proeminente. Essa ambiguidade também tencionava evitar definir, de partida, se vivemos em “tempos de crise”, para antes colocar a pergunta: *o que é uma crise?* Interessava-nos, justamente, partir dessa interrogação para colher diferentes posições, refinando possibilidades de discussão e análise. Quando avançamos para a dimensão do *objeto da crise*, o debate adquire um grau ainda maior de complexidade e divergência: se há crise, ela é da sociedade, da Sociologia ou de ambas?¹

As diferentes contribuições aqui publicadas ajudam a aprofundar essas questões a partir de perspectivas e objetos de análise distintos. Somam-se, assim, a uma bibliografia crescente sobre os temas em tela, que conta com numerosas contribuições importantes tanto no plano internacional quanto nacional.² Em uma análise de livros e artigos publicados entre 1960 e 2010

¹ Essas perguntas têm nos ocupado sistematicamente no âmbito do Projeto de Pesquisa “Crise e Metamorfoses da Sociologia”, que conta com apoio do CNPq e no âmbito do qual este dossiê foi concebido. Dele participam dois dos organizadores do dossiê – Felipe Maia e Raquel Andrade Weiss – e alguns dos autores convidados: Frédéric Vandenberghe, Lucas Faial Soneghet, Marcos Lacerda e Thiago Panica Pontes. Giuseppe Ricotta, professor da Universidade de Roma - La Sapienza, também organizador deste dossiê, é parte de uma rede de colaboração com o projeto, construindo uma mediação com os importantes trabalhos que vêm sendo realizados pela seção de teoria sociológica da *Associazione Italiana de Sociologia* (AIS) e pelo *Seminario Permanente di Teorie Sociologiche* (SPTS) em torno do cânone sociológico. Agradecemos ao CNPq pelo apoio à pesquisa, a todos os colaboradores do dossiê e, em especial, a Elaine Santos, Irene Strazzeri e Roberto Dutra, cujos artigos foram selecionados a partir da chamada pública da revista e que enriquecem a discussão aqui proposta.

² Dentre as publicações por pesquisadores vinculados a instituições brasileiras, ver especialmente Vandenberghe e Fuchs (2019), Martins (2019), Maia (2021), Freitas (2022) e Sell (2025). Ver também o dossiê “A sociologia como ontologia do presente” (Lacerda, Magnelli e Garcia, 2021). Duas iniciativas coletivas podem ser destacadas: o próprio projeto de pesquisa “Crise e Metamorfoses da Sociologia”, cujo material produzido, sob a forma de entrevistas, *podcasts* e um seminário, está disponível em <https://ateliodehumanidades.com/metamorfoses-da-sociologia/>; e a série “A sociologia e o contemporâneo”, produzida pela Sociedade Brasileira de Sociologia e pela Biblioteca Virtual do Pensamento Social, disponível em <https://blogbvps.com/>.

e disponíveis no *Social Science Citation Index*, Jenny Preunkert (2011) identificou uma tendência oscilante nas discussões sobre crise, com um aumento de 200 para 600 textos entre 1960 e o final dos anos 1980, caindo para cerca de 400 em meados da década de 1970, com uma tendência que se mantém estável entre 400 a 600 publicações por ano até os anos 2000. A partir de 2006, tem início uma tendência de subida vertiginosa, culminando com a publicação de cerca de 1200 textos em 2010, data de encerramento da coleta de dados. Ainda que não disponhamos de números mais atuais para essa pesquisa, eles já são suficientemente significativos para indicar o quanto o tema da crise está presente nas discussões das ciências sociais.

Nos artigos que compõem este dossiê, essas questões aparecem de diversas formas, refletidas na proposta de organizá-los em três blocos temáticos – ponderando, contudo, que muitas vezes os temas se atravessam, como se pode ver pela forma como são mobilizados neste artigo de apresentação. O primeiro bloco é dedicado à discussão do *conceito de crise*, contando com as contribuições de Lucas Faial Soneghet e de Frédéric Vandenberghe. O segundo, com textos de Thiago Panica Pontes, Roberto Dutra e Marcos Lacerda, volta-se para as *dimensões da crise na prática sociológica*, combinando a discussão teórica com questões sobre o sentido e a orientação da disciplina, bem como apontando alternativas de enfrentamento das dificuldades por eles diagnosticadas. No terceiro bloco reunimos os artigos que pensam sobre as contribuições da sociologia e os desafios a ela impostos no enfrentamento de crises contemporâneas. Nas contribuições de Irene Strazzeri e de Elaine Santos, o tema da crise ambiental é o ponto de estofa em torno do qual são problematizadas questões teóricas e de organização da disciplina. Ambas as autoras mostram como o reconhecimento e o enfrentamento da crise ambiental desafiam compreensões estabelecidas e formas de divisão do trabalho disciplinar. Além de oferecer ao público um sobrevoo pelos demais textos, este artigo de apresentação procura pontuar, a título de introdução, elementos relevantes para contextualizar a discussão proposta em termos de sua história e de alguns de seus aspectos mais recentes.

1. A crise enquanto conceito e tema sociológico

A palavra “crise” tem sido onipresente no vocabulário contemporâneo – dos meios de comunicação às conversas de bar – como forma de dizer que as coisas não vão bem. Crise pode ser uma forma de nomear desde certo mal-estar diante de uma situação que não se compreende bem, medo de transformações no campo dos valores, pânico em um contexto de pandemia, até diagnósticos mais ou menos precisos de caos no sistema financeiro, de mudança climática, de dissolução da democracia (Schumacher, 2025). Pode, ainda, referir-se a várias coisas ao mesmo tempo, de forma sobreposta ou interrelacionada, constituindo um contexto nomeado por Edgar Morin e Anne Brigitte Kern (1993) de *policrise*, expressão retomada e difundida pelo historiador Adam Tooze (2022a, 2022b, 2022c). O conceito de policrise proliferou-se rapidamente desde que Tooze o utilizou no *Fórum Econômico Mundial* de 2023,³ como se finalmente houvesse um significativo adequado para dar conta de transformações complexas demais para serem explicadas pelo diagnóstico de crise em “apenas” uma esfera da vida social. Esta síntese conceitual, no entanto, parece longe de esgotar ambiguidades e diferenças de entendimento no debate conceitual e na análise do presente.

Algumas das histórias mais consagradas do conceito de crise (Koselleck, 2006; Habermas, 1988; Starn, 1971; Ricoeur, 1988; Morin, 1976) revelam uma variedade de significados conforme o uso do conceito em diferentes disciplinas e domínios da vida social, presentes tanto no uso antigo da palavra no grego clássico, quanto em sua apropriação moderna. Mostram também as dificuldades de delimitar períodos de crise em uma narrativa histórica, bem como de diagnosticar estados de crise em sistemas sociais. Para muitos, isso não significa necessariamente um abandono do conceito, mas um esforço permanente de elucidação de seus usos, admitindo certa instabilidade e a necessidade de explicitação dos critérios de diagnóstico.

Neste dossiê, o conceito é elaborado por Lucas Faial Soneghet, em diálogo com a sociologia pragmatista e interacionista, como mediador discursivo empregado pelos agentes sociais para lidar com momentos críticos e experiências de desarranjo, desordem, angústia e sofrimento.

³ World Economic Forum. 2023. “This is why ‘polycrisis’ is a useful way of looking at the world right now.” March 7. <https://www.weforum.org/stories/2023/03/polycrisis-adam-tooze-historian-explains/>.

Nele estão ligados elementos da vida cotidiana e outros que se referem às definições mais amplas das formas de integração social e sistêmica, por meio da emergência de problemas e problematizações, nem sempre descritos como “crise”. O conceito, para Soneghet, poderia ser assim inserido em um gradiente de problematizações da experiência cotidiana, para lidar com práticas que variam desde o hábito até a catástrofe e o trauma, incluindo as experiências de insegurança ontológica, de incerteza crônica ou de “estados críticos pervasivos” que desafiam os sentidos de normalidade em um quadro conceitual que concebe a crise como parte da “fragilidade do social”.

Já Frédéric Vandenberghe trabalha o conceito de crise em uma perspectiva macrosociológica vinculada às análises de conjuntura, compreendidas aqui como um campo decisivo do estudo de relações de poder atualizadas historicamente no tempo e no espaço. Para tanto, ele constitui uma genealogia do gênero, com referência à tradição marxista, mas não só, mostrando também sua conexão com a sociologia de Karl Mannheim e com o debate contemporâneo. Aqui elas são concebidas como uma tentativa de constituir uma explicação das múltiplas determinações que causam uma crise em um momento histórico específico, em que estão conjugadas tanto dimensões objetivas das relações, quanto as percepções dos atores que produzem as críticas. Em sua temporalidade, as crises combinam eventos e processos, cujos mecanismos generativos, na tradição do realismo crítico, podem ser encontrados em conflitos e contradições estruturantes. Elas conformam situações que demandam tomadas de decisão dos atores, de um modo em que as conjunturas seriam “objetivamente sobredeterminadas” e “subjetivamente indeterminadas”. Para o autor, essa conceitualização deveria ajudar a orientar a teoria social para a compreensão das crises do presente.

2. Crise nas histórias da Sociologia

As dificuldades na conceitualização das crises guardam relação também com a variedade de objetos e domínios em que se pode observar a crise, com dinâmicas específicas e com critérios próprios de avaliação. Conquanto seja possível esboçar traços comuns, o conceito carrega variações e marcas próprias do campo de objetos e das tradições disciplinares em que foi pensado (ver Ricoeur, 1988; Koselleck, 2006). A passagem da observação de crises

do plano societário para o das formas de conhecimento e das disciplinas introduz elementos novos e constitui um campo próprio de debates.

No âmbito da história das ciências, Thomas Kuhn (2012) fundamentou a distinção entre períodos de ciência “normal” e períodos de “crise” no modo como se orienta a prática científica em relação a seu ambiente paradigmático e pressuposicional. De acordo com seu argumento, no primeiro caso, a comunidade científica se volta para a resolução de problemas que emergem no interior de um ambiente paradigmático, isto é, tido por garantido e não questionado. Em períodos de crise, ao contrário, um conjunto amplo de pressupostos, que incluem conceitos básicos, normas e valores, tornam-se controversos, induzindo a uma reorientação da pesquisa e questionamento dos próprios paradigmas, cuja validade depende de articulações em sua totalidade.

As limitações do modelo de Kuhn para entender as dinâmicas das ciências sociais já foram amplamente discutidas (ver, em especial, Martins, 1996, cap. 1). Seus exemplos históricos foram extraídos da física, da química e da astronomia, posteriormente conhecidas, justamente, como ciências “paradigmáticas”. Nas ciências humanas e sociais, a distinção entre esses dois períodos nos termos propostos por Kuhn revela-se mais difícil, em virtude tanto da convivência e da concorrência entre paradigmas alternativos, quanto da continuidade, ao longo do tempo, da discussão sobre o ambiente pressuposicional e teórico, para além da pesquisa propriamente empírica. Nesse caso, os critérios para delimitação de uma “crise” são menos claros e tornam-se objeto de problematização constante, o que, no entanto, não impede a proliferação dos diagnósticos. Nesse sentido, mais do que procurar definir critérios objetivantes para uma definição ou não de crise “da” ou “na” sociologia, procuramos trazer alguns marcos do debate sociológico no qual o tema da crise figura de forma explícita, para oferecer elementos que permitam perceber continuidades e diferenças que emergem no decorrer do tempo e em diferentes contextos.

2.1. A constituição de um debate sobre a crise da sociologia

Alguns períodos históricos têm sido mais amplamente reconhecidos como períodos de “crise da sociologia” em trabalhos de história da disciplina. Poucos hesitariam em qualificar assim as primeiras décadas

do século vinte ou o final dos anos 1960. Na própria literatura da época, encontra-se reiteradas formulações sobre a existência de uma crise em curso, envolvendo, como veremos, posicionamentos muitas vezes distintos quanto às suas causas e, sobretudo, às formas de superá-la.

No primeiro caso, foram especialmente relevantes as controvérsias epistemológicas em torno da orientação científica da sociologia entre os modelos das ciências naturais, de um lado, e os das ciências “do espírito”, da cultura ou das tradições humanistas, de outro. Essa tensão atravessa diferentes autores e contextos ao longo do séc. XIX e se constitui como cerne de disputas sobre a delimitação da sociologia como campo disciplinar, sua legitimação pública e obtenção de um lugar nas instituições universitárias. Para Lepenies (1996), a sociologia emerge como “terceira cultura” entre os dois grandes modelos, disputando com eles pela atenção pública e pela interpretação da mudança social. Até o final daquele século, a sociologia ainda não havia alcançado o mesmo prestígio que a literatura ou as ciências naturais e lutava por uma posição nas instituições universitárias europeias. Os movimentos de reforma nas universidades francesas e alemãs acabaram se mostrando favoráveis à emergência da nova disciplina, mas em um ambiente de intensa disputa em torno do método e da orientação da atividade científica e intelectual.

De acordo com Peter Wagner (1994, 2001), os sociólogos emergentes em três relevantes casos nacionais europeus, França, Alemanha e Itália, confrontaram especialmente as reivindicações da economia política liberal de ser “a ciência da sociedade moderna”, colocando em xeque sua fundamentação epistemológica e seus conceitos básicos. Para tanto, beneficiaram-se também da experiência de um período de crises e conflitos sociais que contrastavam com as promessas e os pressupostos de uma integração social espontânea a partir da ampliação das esferas de ação individuais. Durkheim, Weber e Pareto foram autores que, nesse contexto, ofereceram alternativas, distintas entre si, para lidar com essas questões para além do arcabouço utilitarista liberal então predominante no estudo da economia. Com o tempo, o marxismo seria também reconhecido como alternativa possível no debate sociológico e a própria economia política utilitarista passaria por uma revolução paradigmática interna com a ascensão da escola austríaca marginalista.

A consciência da crise se reforçou no território europeu no início do século passado, período em que a sociologia conquistou seus primeiros espaços nas instituições universitárias, elas mesmas em grande transformação. Um caso emblemático é o da Alemanha, onde, conforme Graf e Föllmer (2012), foram publicados 370 livros entre 1918 e 1933, cujos títulos continham a palavra “crise” com referência à política, à sociedade ou à economia. Também as ciências ou a cultura podiam ser avaliadas em crise, o que indica uma proliferação do discurso em esferas distintas, bem como sua importância em narrativas históricas e a dificuldade de sua estabilização. As dificuldades de conceitualização não devem elidir a existência de problemas. A “crise da primeira modernidade” (Wagner, 1994) se mostrava com uma crescente desconfiança e questionamento ao liberalismo então vigente e com o acirramento dos conflitos políticos e sociais. Já no plano das ciências, foi um período de crescente ceticismo em relação ao progresso científico, de crítica e desencanto com as aplicações tecnológicas e mesmo com o racionalismo. Foi nesse contexto que alguns sociólogos entenderam a disciplina como uma “ciência da crise” (ver, especialmente, Steinmetz, 2023). Nos Estados Unidos, em 1929, John Dewey abordou o problema a partir da crítica às “teorias do espectador” do conhecimento que advogariam um naturalismo ingênuo em relação às imbricações entre conhecimento, práticas e linguagem, apoiando-se inclusive e de modo original nos desenvolvimentos então recentes da física quântica, que produziram importantes metamorfoses no debate científico ao longo do século.

No período posterior à II Guerra Mundial, as condições eram bastante distintas. Na narrativa de Wagner (1994), as respostas à crise passaram por uma convencionalização de práticas e formas de regulação social que conferiam certa previsibilidade às formas de ação e de integração, reduzindo os efeitos de desenraizamento e desorganização da vida em comum nas sociedades mais industrializadas. As políticas de regulação requeriam a produção de conhecimentos sobre a vida social que foram produzidos por disciplinas como a sociologia, a economia e a estatística. Elas ajudaram a mapear, descrever e coordenar as esferas de interação social, bem como a orientar políticas de proteção social e de investimento em infraestrutura e desenvolvimento econômico. Nos países e nas regiões então vistos como “subdesenvolvidos”, as ciências sociais orientaram estratégias de

“modernização” das atividades econômicas, das instituições políticas e mesmo da vida cultural.

Como apontam alguns observadores (Outhwaite, 2021; Moebius, 2021), entre o período “clássico” de emergência da disciplina e o período em que ela efetivamente se institucionalizou, houve mais ruptura que continuidade tanto no aspecto institucional quanto nos interesses de pesquisa. Ainda que Parsons (1970/1937) tenha formulado sua teoria pela via de uma reconstrução histórico-sistemática do pensamento sociológico, sugerindo elementos de continuidade, as condições mais amplas da prática sociológica haviam se tornado muito distintas, seja no âmbito da vida universitária, seja no contexto sociopolítico (ver esp. Calhoun *et alii*, 2002).

Em um artigo que data de 1956, Georges Gurvitch enumerou uma multitude de diagnósticos de crise, em uma narrativa que em muito se assemelha a textos contemporâneos. Antes, como agora, uma das questões que se colocava era: se a sociologia está sempre em crise, faz sentido tratar disso como questão a ser debatida? Sua resposta, afirmativa, caminha na direção de uma tentativa de determinar com maior precisão qual a dimensão realmente importante na consideração da crise, para que fosse possível superá-la. De certo modo, esse texto de Gurvitch condensa essa proliferação de discursos e busca conferir sentido a eles, situando a origem da crise nas divergências quanto à natureza da produção do conhecimento, isto é, quanto à efetiva possibilidade de produzir explicações. Em sua leitura, nenhuma das várias tentativas de resolver a questão produzidas nos Estados Unidos – de Parsons a Merton, passando por Sorokin e Znaniecki –, nem tampouco as alternativas de origem francesa, ofereceriam caminhos reais para escapar ao “enorme perigo em que ela atualmente coloca a sociologia”⁴ (Gurvitch, 1956, p. 6).

Conquanto a posição de Gurvitch não tenha exercido impacto suficiente para constituir hegemonia quanto a uma nova forma de fazer sociologia, esse texto pode ser lido como uma espécie de *transição* para os debates sobre crise que emergem na década de 1970, nos quais a relação entre teoria e empiria, por exemplo, dá lugar a outra ordem de tensões. Discussões sobre entrelaçamentos múltiplos entre sociologia e sociedade passam a colocar no centro a dimensão ética e política dessa disciplina. As dualidades entre ordem e conflito, ação e estrutura, individualismo e holismo e entre crítica e neutralidade são diferentes formas de pensar as implicações da sociologia sobre a sociedade, e vice-versa.

⁴Esta e todas as demais traduções são de responsabilidade dos autores.

O segundo contexto histórico mencionado acima refere-se justamente à crise das formas de estabilização do pós-guerra. Aqui, a conexão entre diagnósticos de crise da sociologia e crises sociais mais amplas é muito mais explícita. É exemplar nesse sentido o argumento de Alvin Gouldner (1971) em seu *The coming crisis of Western sociology*, em que o autor não apenas denuncia o que considera um compromisso conservador da sociologia com a estabilização da ordem política, tratando-a efetivamente como ideologia, mas também anuncia o engajamento alternativo e a mudança social, aproximando-a dos movimentos sociais emergentes. Em suas palavras, “teorizamos com o barulho das armas, a velha ordem tem as marcas de uma centena de rebeliões cravadas em sua pele” (Gouldner, 1971, p. vii)! O anúncio da crise é o desdobramento da crítica a uma teoria que teria se tornado hegemônica tanto no plano da disciplina como no da sociedade. Por isso, a crítica teórica demandaria um exame de premissas de fundo, muitas vezes não explicitadas, que conformam valores e “modos de ver”, bem como das experiências e de sentimentos dos cientistas sociais, indissociáveis do vocabulário e da lógica teórica. Daí que as crises e as mudanças nas formas de conhecimento estejam fortemente ligadas às que transcorrem no plano sociopolítico e nas transições geracionais. Sua discussão teórica precisaria, portanto, ser reflexiva quanto a suas condições e situações sociais e valorativas, ligando a sociologia do conhecimento à sociologia da sociologia (ver, entre outros, Steinmetz, 2023).

Na mesma época, mas em direção distinta, Raymond Boudon (1971) publicou, na França, *La Crise de la Sociologie: Questions d'épistémologie sociologique*, cujo primeiro capítulo foi publicado em inglês no ano seguinte, recebendo ampla repercussão (1972).⁵ Partindo de uma referência ao argumento de Gurvitch no texto supracitado, Boudon afirma que há duas atitudes típico-ideais para lidar com essa relação entre crise social e crise da sociologia. A primeira, “encarnada” pela sociologia crítica vinculada à Escola de Frankfurt, suporia uma inevitabilidade dessa relação, na medida em que a premissa epistemológica desse modelo de sociologia a coloca em relação de codependência da realidade social, justificada por certa noção de primado ético imposto à ciência. A segunda atitude, com a qual o autor se identifica, aposta que a única forma de a sociologia conquistar estabilidade no confronto com as crises que a circundam é fortalecer-se enquanto

⁵ A tradução integral do livro em inglês ocorreu em 1980.

ciência, mediante o desenvolvimento de três áreas destinadas a refiná-la e, em certa medida, unificá-la: sociologia da sociologia, metodologia e epistemologia. Esse apelo a aprofundar sua cientificidade e singularidade disciplinar é uma alternativa que, conforme veremos, volta a aparecer no debate contemporâneo (Goldthorpe, 2006).

Escrito alguns anos depois, o *Homo academicus* de Pierre Bourdieu (2011/1987) assemelha-se mais com o diagnóstico de Gouldner do que de seu colega francês, e pode ser entendido como uma denúncia do comprometimento do *establishment* universitário com a legitimação da ordem social e sua desconexão com os movimentos sociais transformadores. A efervescência da teoria social e sociológica crítica da hegemonia estrutural-funcionalista, que enfrenta a crise anunciada por Gouldner e promove inovações paradigmáticas, poderia ser denominada de um “novo movimento teórico”, nas palavras de Jeffrey Alexander (1987), cuja emergência não pode ser desconectada dos “novos movimentos sociais” disseminados após o maio de 1968, agora não apenas no território euro-americano. A proliferação de escritos sobre crise neste período⁶ é um indicador não só de um estado de consciência, mas também de divisões que permaneceriam ao longo do tempo.

No contexto latino-americano, a dinâmica das crises e das metamorfoses da sociologia possui uma temporalidade distinta e relações próprias com os problemas epistêmicos e sociopolíticos. Em contraponto às narrativas centradas exclusivamente na Europa e nos Estados Unidos, a história da disciplina na região revela um movimento intelectual com mais autonomia e criatividade, capaz de dialogar com as teorias do “centro” e promover traduções, adaptações e inovações com sentido crítico. O estrutural-funcionalismo então dominante teve papel importante na consolidação da Sociologia na região. No entanto, sua recepção implicou modificações importantes que apontavam para alternativas teóricas e interpretativas em autores e autoras tais como Gino Germani, Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos e Heleieth Safiothi. Seus trabalhos valorizavam uma dimensão histórica específica das sociedades nacionais que apontava para contingências e diversidades de trajetórias em contraste com categorias universalizantes e evolucionárias (Brasil Jr., 2013; Maia, 2015). Esta intelectualidade ganhou uma autonomia relativa em relação aos países centrais, participou da formação de um circuito de publicações na região, com editoras e revistas

⁶ Além dos textos e autores já citados, ver também Eisenstadt (1976), Alexander (1977).

relevantes, bem como centros de pesquisa e de circulação intelectual que favoreceram debates próprios. A emergência das teorias da dependência seria um dos resultados significativos desse processo, colocando em xeque as teorias da modernização e as relações mais usuais entre centro e periferia. Com o tempo, ampliaram seu escopo, levando a uma reflexividade sobre as relações de dependência no próprio âmbito intelectual e de produção de conhecimento (Beiguel, 2016).

Uma fotografia do debate neste momento revelaria controvérsias significativas em relação às concepções da prática sociológica, como na famosa disputa entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos (Bariani, 2006). O sentido de “crise”, no entanto, teria uma dimensão sociopolítica mais acentuada, em virtude das rupturas institucionais e da violência política na região, sendo o golpe militar no Brasil, em 1964, o primeiro de uma série. Isso afetou profundamente as condições da pesquisa sociológica. No Brasil, a eclosão da ditadura militar levou à intervenção nas universidades, com a interrupção das carreiras e dos programas de pesquisa de muitas lideranças intelectuais na sociologia e nas ciências sociais, bem como a perseguição política de estudantes. A pesquisa se rearticulou em condições difíceis na universidade, a partir de sociólogos mais jovens, alguns formados em prestigiosas instituições estrangeiras, bem como da valorização dos programas de pós-graduação emergentes (Martins, 2013; Werneck Vianna *et al.*, 2004).

Neste dossiê, o artigo de Marcos Lacerda apresenta como o programa de pesquisa que se articulou em torno, especialmente, de Antonio Cândido, Roberto Schwarz e Paulo Arantes, nesse período, pode ser mobilizado para pensar tanto as crises do capitalismo quanto a da própria sociologia. O autor encontra aí um impulso original para uma teoria crítica produzida a partir da “periferia do capitalismo” capaz de problematizar a história de desenvolvimento do sistema como um todo. Para tanto tomam inicialmente como objeto as formas estéticas e conceituais, entendidas como “formalizações poderosas” de processos sociais e políticos, que permitem compreender as mediações entre as relações estruturantes e as formas de consciência ou ideologia. Lacerda os vê como portadores de uma sensibilidade pós-colonial que guarda um potencial de diálogo com outras teorias críticas da modernização e de renovação do pensamento sociológico contemporâneo.

2.2. Das margens ao *epicentro* de uma nova crise

Enquanto o debate mais explícito sobre a crise tomava corpo nas principais publicações e sociedades de sociologia da Europa e Estados Unidos, diferentes movimentos intelectuais e políticos construía outras formas de posicionamento frente ao mundo social, com argumentos que, em muitos casos, envolvem uma crítica aos múltiplos vieses presentes na história das ciências sociais, em termos gerais, ou ao próprio projeto da sociologia enquanto ciência. A produção intelectual de autores e autoras que transitam por diferentes áreas, ou mesmo aquela forjada no interior de lutas sociais, permaneceu longo tempo às margens das grandes instituições sociológicas – como associações nacionais e internacionais e publicações de ampla circulação. Nas últimas décadas, contudo, tais críticas à ciência ocidental e à produção do conhecimento passam a ocupar lugar de destaque na sociologia, desestabilizando a legitimidade da distinção entre centro e periferia e, sobretudo, questionando a validade de uma “sociologia hegemônica”.

Enquanto nos grandes debates sobre crise e reconstrução da sociologia que apresentamos na seção anterior as disputas eram protagonizadas por figuras renomadas – situadas em instituições prestigiosas dos Estados Unidos, França, Inglaterra e Alemanha – as críticas mais recentes, produzidas em diferentes partes do globo e em diferentes contextos intelectuais e políticos, são agora sentidas também por esse mesmo centro. As críticas formuladas a partir das margens exercem pressão para reorganizar relações estruturantes da prática sociológica.

Na literatura recente sobre crise da Sociologia, uma das formas de caracterizar esse enfrentamento se dá a partir do agrupamento desses múltiplos movimentos políticos e intelectuais sob a rubrica dos *studies*, para se referir a instituições universitárias que abrigam esse tipo de prática intelectual que é, muitas vezes, antidisciplinar (Caillé & Vandenberghe, 2021). O tipo de crítica produzido pelos estudos culturais, contudo, não esgota o amplo conjunto de produções elaboradas desde as margens. Para fazer referência a uma dessas vozes dissonantes, podemos evocar a socióloga boliviana Silvia Rivera Cusicanqui, que enuncia reservas ao movimento pós-colonial e se distancia dos estudos culturais, na medida em que, em sua leitura, trata-se de um movimento não comprometido com as lutas

populares, protagonizado por figuras que ocupam posições em instituições do norte global, que acabaram por “criar um pequeno império dentro do império” (Cusicanqui, 2010, p. 58).

Do ponto de vista que nos interessa, importa destacar que críticas produzidas por diversas matrizes intelectuais e políticas – do movimento feminista às críticas ao caráter racializado do conhecimento, passando pelo debate pós-colonial, decolonial ou pelas diversas “viradas” – hoje são *parte* da sociologia (Migliovich-Ribeiro & Brito, 2024). Essa produção tem se ocupado de alguns dos problemas mais prementes da contemporaneidade, desde as desigualdades globais até a questão ecológica, dos processos de digitalização à pós-democracia, das crises geopolíticas à análise dos conflitos e processos de paz. Na sociologia, sua presença não se faz sentir de modo similar em todos os espaços; pode-se considerar essas críticas mais ou menos relevantes, mais ou menos pertinentes, ou mesmo defender que a sociologia deve desenvolver meio de blindar-se, mas dificilmente se pode sustentar que críticas às distintas relações presentes na sociologia estão presentes debate contemporâneo.

No âmbito da International Sociological Association, desde a década de 1990 têm se colocado desafios como o reconhecimento de sociologias indígenas (Rosa, 2019), a construção de uma história global da sociologia (Dufoix & Macé, 2019) ou mesmo o reconhecimento das múltiplas histórias da sociologia e sua relação com produção de teoria social (Maia, 2023). Os efeitos desse amplo movimento ainda estão em aberto, mas, na seção seguinte, indicaremos um de seus aspectos específicos, qual seja, o debate sobre o cânone. Nossas pesquisas têm apontado que esse é um dos pontos nevrálgicos do tensionamento entre a sociologia *mainstream* e os debates construídos desde suas margens, com impactos significativos na produção de um diagnóstico de crise.

3. O debate sobre cânone nas interpretações sobre a crise

A questão do cânone ou dos clássicos, que entrelaça temas como história da sociologia e teoria sociológica, traz à baila temas recorrentes nas discussões sobre crise – como a relação entre teoria e empiria ou entre normatividade e neutralidade – mas também produz novos desafios que

adentram o território institucional da sociologia. A relação entre o “cânone” da sociologia e sua crise tem sido levantada em diversos âmbitos e sob variegadas perspectivas.

Nesta apresentação, tomamos o tema do cânone a título de exemplo de como alguns elementos críticos apresentados pelas “margens” chegam ao núcleo da sociologia, provocando respostas que movimentam o debate. Em outros termos, ainda que essas críticas afetem numerosos aspectos da sociologia, a discussão em torno do cânone é particularmente interessante para ilustrar o tipo de argumento e de problema levantados. Grosso modo, nos referimos aqui às críticas formuladas por abordagens múltiplas, que desafiam o *status quo* a partir de diferentes ângulos, desde posições geopolíticas até questões propriamente identitárias: crítica feminista, pós-colonial, decolonial, estudos *queer*, estudos críticos de raça etc. Ainda que boa parte dessas abordagens possa ser reunida sob a rubrica dos “estudos culturais”, é importante ponderar que nem todas essas perspectivas críticas cabem nesse enquadramento. Para fins de simplificação, nos referimos aqui, sem adentrar nas numerosas diferenças, às perspectivas cujas críticas têm, em seu núcleo, uma denúncia ao caráter viesado do conhecimento produzido a partir do “centro” ou por sujeitos que ocupam posições de poder em termos de identidades estruturalmente privilegiadas.

Neste âmbito, podemos tomar como referência exemplar no campo das argumentações críticas ao cânone disciplinar o ensaio de Raewyn Connell, de 1997, “Why is classical theory classical?”. Nesse trabalho e em inúmeras outras contribuições da socióloga australiana, a formação do cânone disciplinar é analisada à luz da história global do imperialismo colonial: a expansão global da colonização ocidental e as tensões entre liberalismo e império teriam fornecido à sociologia seu principal quadro conceitual e grande parte de seus dados, questões e métodos de pesquisa.

A crítica ao cânone disciplinar tem como argumento central, portanto, uma acusação à sociologia – assim como às outras ciências sociais ocidentais – de ter se constituído na esteira da economia global do conhecimento, como resultado das dinâmicas imperiais da longa fase do colonialismo europeu. Esse domínio estruturou uma divisão do trabalho intelectual entre o centro e as periferias, na qual o mundo colonizado foi relegado essencialmente a um local de extração de dados e informações para a formulação das teorias no “centro”, sem reconhecer-

lhe igual dignidade na produção de conhecimento para a análise dos processos de modernização. Essa hegemonia no campo epistêmico teria produzido efeitos específicos: (1) a pretensão de universalidade das teorias sociológicas produzidas no Ocidente (e para o Ocidente) (Connell, 2006); (2) uma interpretação dos fenômenos sociais baseada inteiramente em leituras desenvolvidas pelo “centro”; (3) exclusões e cancelamentos de vozes e produções não diretamente referíveis aos grupos hegemônicos (brancos, ocidentais, masculinos, burgueses), consequência de um pensamento eurocêntrico hegemônico que construiu e classificou a alteridade não ocidental segundo uma lógica de inferiorização (Ricotta, Ruocco, 2025).

Sem poder aqui dar conta de um debate amplo, variado e complexo, podemos recorrer a uma síntese das questões mais relevantes que surgiram no quadro da crítica pós-colonial e decolonial aos conhecimentos sociais eurocentrados (Pellegrino, Ricotta 2020, pp. 803-804):

(i) a crítica da ideologia eurocêntrica da modernidade; (ii) a estreita interligação entre o desenvolvimento de uma sociedade global, ou capitalismo global, e o colonialismo; (iii) uma atenção às dinâmicas que criaram uma relação hierárquica entre grupos humanos e a ênfase nos grupos “subalternos”; (iv) a persistência de relações de dominação a nível global devido ao colonialismo histórico, muito além do fim do colonialismo formal; (v) a crítica epistemológica do pensamento eurocêntrico e a necessidade de olhar por meio de novas lentes (e com novos métodos) para as dinâmicas de dominação e exclusão social, bem como para as formas de resistência e lutas por emancipação.

Este é o quadro argumentativo mais geral em que a crítica ao cânone sociológico e ao seu “pensamento eurocêntrico” assume contornos de grande alcance, que vão da dimensão epistêmica à teórica, da dimensão metodológica às técnicas de pesquisa, à postura de quem faz pesquisa e, de maneira mais geral, ao papel dos pesquisadores sociais e das universidades e centros de pesquisa (Ricotta, 2025).

A acusação dirigida pelos *studies* (estudos) ao cânone clássico – em virtude de seu caráter eurocêntrico, patriarcal, racista, dentre outras caracterizações – tem sido interpretada como uma das causas de uma crise de legitimação do conhecimento sociológico na esfera pública e nas próprias instituições acadêmicas. Por um lado, especialmente para aqueles que assumem posições de defesa, ainda que críticas, em relação ao cânone

e aos “clássicos” do pensamento sociológico, as instâncias provenientes “das margens” podem ser interpretadas como uma das causas da crise contemporânea da disciplina sociológica, na medida em que contribuem para erodir “aquele ‘fundo comum’, útil [...] não apenas para favorecer a discussão dentro de um espaço comum, mas sobretudo para conter o enfraquecimento público a que a disciplina está hoje sujeita, também em decorrência desses golpes” (Pendenza, 2025, p. 29).

Em artigo recente, Carlos Sell (2025) levanta a preocupação de que a crítica ao “cânone” sociológico esteja fundamentada em certo reducionismo e que possa levar a uma indesejável homogeneização teórica que erigiria o pós-colonialismo como paradigma hegemônico e unificador. Para ele, essa posição carece de uma abordagem dos elementos sistemáticos presentes na trajetória da disciplina, decisivos para a formulação de programas de pesquisa orientados por campos de problemas fundamentais. Ele reconhece que a distância temporal tornou os “clássicos” problemáticos e até “obsoletos”, o que comprometeria sua função de fornecer os pilares para uma teoria sistemática. Assim, ainda que não incorpore em sua análise a ideia explícita de “crise da sociologia”, há um diagnóstico subjacente quanto aos problemas que tornam a sociologia “disfuncional”, processo agudizado pela forma inadequada de revisão do cânone. Em um esforço de pensar estratégias profiláticas, o autor defende a recuperação da vocação sistemática da sociologia, outrora presente em esforços reunidos sob a rubrica de sociologia geral ou teoria social, mas renovada pela consideração de demandas contemporâneas.

Enquanto contrarreação, podemos indicar argumentos que insistem no potencial da crítica ao cânone clássico como processo de aprendizagem, que permite localizar problemas específicos da sociologia e abri-la para novos temas e perspectivas. O sociólogo Simon Susen dedicou recentemente um ensaio às tendências atuais na sociologia “pós-clássica”, intitulado “Sociology in the Twenty-First Century”. Em seu texto, Susen (2020) identifica seis grandes tendências que define como *intimations*. A primeira delas diz respeito justamente à crítica pós-colonial e decolonial. Sobre esse aspecto, o autor identifica três contribuições essenciais dessa crítica ao cânone sociológico clássico: (1) a reconceitualização da agência (subalterna); (2) a superação de antinomias analíticas contraproducentes; (3) o reconhecimento da cumplicidade da sociologia em assumir um ponto de vista imperial, a favor da hegemonia global ocidental.

A revisão crítica do cânone sociológico pode, segundo sua posição, ser lida como uma contribuição ao debate contemporâneo sobre a sociologia e sua eficácia analítica e prática. Na esteira desses argumentos, as posições em relação ao cânone disciplinar são diferentes e, em alguns casos, divergentes, variando de posições radicais de rejeição em relação aos clássicos e ao sistema conceitual global de uma disciplina interpretada como funcional às conquistas coloniais e imperialistas, a posições que veem os argumentos provenientes dos estudos culturais como oportunidade para ampliar e reforçar aspectos da disciplina sociológica já presentes em sua acepção ampla de sociologia engajada, socialmente comprometida, “crítica” ou “pública” (Burawoy, 2005).

Outra das propostas de assumir as críticas ao cânone sem, contudo, descartá-lo, é sintetizada na ideia de polifonia como forma de cânone, tal como proposto por Hamlin, Weiss e Brito (2022). A partir da consideração das controvérsias em torno do caráter historicamente gendrado do cânone e levando em consideração a reivindicação da inclusão de vozes femininas na sociologia, as autoras defendem a ideia de uma “sociologia polifônica”. Deslocando o cânone de uma metáfora literária para a metáfora musical, as autoras defendem uma sociologia capaz de trazer o contraste e o contraponto entre diferentes vozes e, ao mesmo tempo, delimitar como elas podem ser combinadas em uma tradição compartilhada e inclusiva que torne possível o diálogo.

As distintas posições sobre o cânone e sua relação com o sentido geral da prática sociológica, arriscamos dizer, têm sido uma das formas mais recorrentes de marcar posição dentro da sociologia. Existe, evidentemente, uma novidade no atual debate sobre o cânone clássico: no contexto contemporâneo, as críticas a quem deve entrar ou sair dessa lista privilegiada leva em consideração elementos como origem geopolítica, lugar de enunciação, marcadores como gênero e raça. No caso de quem defende a abolição de qualquer tipo de cânone, continua a existir uma posição positivista repaginada (Turner, 1993), que postula tal supressão em virtude de uma concepção de sociologia empiricamente orientada, que nada deve às teorias do passado; mas há também a novidade de uma crítica ao cânone clássico baseada no argumento de que a própria ideia de clássico só faz sentido na tradição ocidental, de modo que a emergência de uma nova sociologia depende da implosão do cânone (Connell, 2019) ou, em uma versão que

combina a ênfase na pesquisa e nas experiências contextuais como forma de enfrentar obstáculos à igualdade de gênero (Grüning & Santoro, 2021). Essas especificidades do debate contemporâneo, contudo, podem ser entendidas como atualização de movimentos recorrentes no interior da sociologia e de sua relação com as críticas, as percepções de crise e suas metamorfoses.

A ambiciosa e difundida construção de Parsons de uma teoria geral é, em primeiro lugar, um esforço criativo de síntese a partir da definição de alguns autores como representantes de diferentes tradições sociológicas que oferecem as “partes” necessárias para a construção de uma teoria sobre a estrutura da ação social. A hegemonia da síntese parsoniana é desafiada justamente a partir da reconfiguração dos autores considerados clássicos: no outrora emergente “paradigma do conflito”, a construção de um novo conjunto de temas e teorias para a sociologia mediante um trabalho de reorganização do cânone parsoniano. Os autores passaram por um processo de condenação (no caso de Durkheim), esquecimento (no caso de Marshall e Pareto), reinterpretção (no caso de Weber) e consagração (no caso de Marx). Se pensarmos no debate mais propriamente francês, a crítica à estrutura em favor de uma sociologia da ação também faz suas escolhas, privilegiando Weber, mas também Simmel. No âmbito do assim chamado “Novo Movimento Teórico” (Alexander, 1987), as dualidades são pensadas como formas de crise que comprometem a qualidade e o alcance da sociologia; uma vez mais, os clássicos são os “instrumentos” que ajudam a marcar posições e fornecem a matéria-prima para novos esforços de síntese, os quais resultam nas grandes teorias emergentes em torno da década de 1980.

Ainda no âmbito da sociologia produzida a partir do “centro”, há também críticas quanto à eficácia do pensamento sociológico clássico: pensemos nas posições expressas por Ulrich Beck (1997) sobre a incapacidade dos clássicos de interpretar os processos de uma sociedade globalizada devido ao “nacionalismo metodológico”; ou às relativas à análise dos sistemas-mundo de Immanuel Wallerstein (1979), que chamam a atenção para a impossibilidade de interpretar processos de longa duração operantes na contemporaneidade, quando não se tem como foco as relações sistêmicas estruturadas a partir do longo século XVI como sistema-mundo moderno; questões, aliás, que estão no centro da própria perspectiva latino-americana sobre modernidade/colonialidade, expressas pelo conceito de “colonialidade do poder” (Quijano, 1992).

Nas últimas décadas, como vimos há pouco, as críticas à origem europeia e colonial da sociologia (Go, 2020; Alatas & Sinha, 2017; Bhambra & Holmwood, 2021) e à permanência de estruturas patriarcais e racializadas (Sydie, 1994; Lengermann & Niebrugge-Madoo, 1998; Moodie, 2023; Marshal & Witz, 2004; Daflon & Chaguri, 2023; Morris, 2015) encontram justamente na mobilização do cânone um dos pilares para a construção de seus posicionamentos. Do mesmo modo, as críticas a esse modelo – pautado pela lógica da inclusão/exclusão – também mobilizam, por sua vez, um sentido específico quanto ao lugar dos clássicos para defender suas concepções de sociologia (Wagner, 2012; Sell, 2025). Em resumo, o intermitente debate sobre a crise da sociologia tem na mobilização e no questionamento das figuras clássicas um de seus pontos nucleares. Ao navegar pelas permanências e transformações da sociologia, é possível perceber que sua “identidade” segue entrelaçada com o modo como sua história é contada e sua prática permanece alicerçada em construções teóricas e categorias explicativas ainda tributárias dessa tradição clássica. Entende-se por que, afinal, a disputa sobre a manutenção, reforma ou destituição do cânone seja um aspecto sensível das interpretações sobre a crise.

4. Entrelaçamentos contemporâneos entre sociologia e crise

A crise da sociologia e o papel da sociologia diante da crise tem sido, como vimos, tema recorrente na história disciplinar. Embora seja difícil apresentar uma delimitação precisa sobre os distintos momentos, arriscamos dizer que há um novo debate em curso desde a década de 1990, cujos contornos se tornam mais precisos a partir da virada do século, com uma produção intelectual que se estende até o presente (veja-se, por exemplo: Coenen-Huther, 1995; Wieviorka, 2009; Das, 1993; Busino, 1990; Calhoun 2022; Eppard *et al.* 2025). Para fins de ilustrar posições exemplares quanto aos diagnósticos possíveis sobre a crise da sociologia, tomamos alguns dos principais expoentes desse debate no contexto intelectual francês, no qual tal produção tem sido abundante.

Em recente dossiê da *Revue du Mauss*, com o sugestivo título “Nous l’avons tant aimée... la sociologie. Et maintenant?”, podemos acessar diferentes posições a esse respeito, inclusive algumas diametralmente opostas, como a de Nathalie Heinich (2020) que declara seu contínuo amor pela sociologia e

a defende enquanto ciência independente das preocupações generalizantes e normativas da filosofia e da política, e a de François Dubet (2020), para quem a sociologia perdeu muito de sua influência intelectual e política em virtude, sobretudo, de seu abandono da “sociedade” como categoria relevante do ponto de vista epistêmico e prático. Em certa medida, esse dossiê desenvolve e amplia o debate em torno de questões já enunciadas no livro escrito por Alain Caillé e Frédéric Vandenberghe (2016), no qual o diagnóstico da crise da sociologia é formulado de modo contundente, acompanhado de uma aposta na formação de um consenso teórico em torno do paradigma da dádiva, e que ensejou um conjunto de debates por parte da comunidade sociológica internacional por ocasião da publicação em língua inglesa (Caillé & Vandenberghe, 2020).

Mais ou menos à mesma época, Bernard Lahire (2021) publicou um significativo manifesto para expressar o descontentamento agudo quanto ao atual estado da disciplina. Na esteira desse diagnóstico geral, o autor avançou esforços significativos para reatualizar o que considera a verdadeira vocação da sociologia, isto é, sua capacidade para elaborar leis gerais e explicações de longo alcance, a partir de um paradigma teórico unificador (Lahire, 2023).

Para seguir no mesmo contexto nacional, vale ainda trazer o artigo de Boltanski, Esquerre e Lazarus (2024), que abordaram recentemente o tema da crise da sociologia destacando o modo como tensões internas e externas afetam a disciplina e produzem sensações de ameaça e de crise. Para eles, a disciplina comporta certa crise estrutural, na medida em que convivem internamente dois modelos de funcionamento que travam uma disputa intensa em torno da orientação da disciplina, conforme critérios de “inovação científica” extraídos das ciências naturais ou os da crítica que remetem às vanguardas artísticas e literárias. Enquanto o primeiro concebe e restringe as inovações à dinâmica interna da prática disciplinar, o segundo associa as mudanças internas às externas, que se passam no âmbito da sociedade, tal como as vanguardas que procuram capturar o “espírito de uma época”, o que tende a internalizar os conflitos sociais e politizar a controvérsia disciplinar. Isso contrasta com o modelo científico que só reconhece a crise quando a crítica se concentra em métodos e teorias e provém dos próprios sociólogos. Essa proteção, no entanto, pode se afrouxar e surgirem aliados ou adversários externos, em virtude inclusive do interesse social nos próprios objetos da pesquisa sociológica, o que reduz a autonomia do debate e produz

as sensações de ataque e ameaça. Se a crise interna e a crise social tendem a coincidir, para os autores, a disciplina deve procurar resguardar suas fronteiras, mantendo uma distinção que permita reelaborar os problemas sociais como problemas sociológicos sem, contudo, perder a capacidade de refletir sobre as consequências políticas do que propõe.

Na introdução a um volume que ambiciona desenvolver uma ciência social das ciências sociais, as relações entre as dinâmicas internas e externas à disciplina como fonte de crises e transformações têm lugar privilegiado no argumento de seus autores, Fassin e Steinmetz (2023), cujo indicador estaria presente, uma vez mais, nas tensões entre posturas de engajamento e distanciamento da comunidade científica em relação ao espaço social que constitui seu objeto de estudo e ao qual os pesquisadores pertencem. Para eles, contudo, o distanciamento é visto como impossível, o que implica um engajamento crítico qualificado por uma reflexividade epistemológica, que, tal como já defendido por Gouldner e por Bourdieu, constitui as ciências sociais em seu próprio objeto de estudo, aplicando reflexivamente ao seu campo de conhecimento as mesmas estratégias que aplica aos demais. Quanto à conjuntura presente, os autores enfatizam os elementos políticos e a disputa mais ampla no campo científico. Para eles, as ciências sociais estão na mira de ataques que questionam sua utilidade social, sua postura crítica ou os métodos interpretativos e qualitativos, em nome de programas políticos conservadores e/ou de concepções ainda muito positivistas de ciência. Elas acabam por fazer tábula rasa da heterogeneidade das ciências sociais, de sua variedade metodológica e da riqueza do conhecimento produzido nas últimas décadas, que merece ser criticamente defendido e examinado de modo a revelar as relações entre as práticas políticas e científicas e suas relações com os processos sociais.

4.1. Caminhos possíveis para pensar a relação entre crítica, crise e sociologia

O sentido da prática sociológica e a relação da sociologia com as críticas sociais como elementos de diagnóstico dos problemas atuais da disciplina são diretamente abordados pelos artigos de Thiago Panica Pontes e de Roberto Dutra. Para Pontes, muitos dos diagnósticos de crise da sociologia

expressam fissuras e controvérsias importantes em nosso campo, mas carecem de uma maior articulação com as dimensões propriamente teóricas e epistemológicas da pesquisa sociológica. Isso seria devido a um esforço comum ainda insuficiente de autocompreensão da própria comunidade epistêmica, problema que precisa ser enfrentado para fortalecer um entendimento compartilhado do sentido da prática sociológica. O autor recupera a centralidade da relação entre produção do conhecimento e processos de aprendizado e autoformação que constituem uma comunidade científica capaz de interpelar o mundo socio-histórico do qual faz parte e de aprender com ele. Esta comunidade pode então ser pensada como um ideal regulador do intercâmbio com outras formas de conhecimento, notadamente as críticas sociais, sem se confundir com elas.

Roberto Dutra, por sua vez, mobiliza as categorias da teoria dos sistemas de Luhmann para defender a complementaridade dos programas de pesquisa em torno de uma sociologia das críticas sociais e de uma sociologia crítica das sociedades. Para ele, essa combinação seria necessária para que a crítica sociológica pudesse resguardar sua especificidade diante da crítica social oriunda dos agentes sem, contudo, apoiar-se em reivindicações de superioridade moral. Para Dutra, essa é uma questão decisiva em virtude das grandes transformações ocorridas nas relações entre especialistas e leigos em campos diversos de produção do conhecimento, inclusive a sociologia, que coloca em xeque o ambiente predominantemente progressista do discurso sociológico e de suas reivindicações de autoridade e reconhecimento. Isso requereria defender a sociologia como uma avaliação de segunda ordem, crítica das autodescrições sistêmicas, inclusive as críticas, para que se possa constituir como ponto de vista original.

4.2. Desafios concretos à sociologia diante das crises do mundo

Começamos esta apresentação ponderando em que medida o diagnóstico de uma *polycrise* traz mais problemas do que indicações concretas para lidar com o mundo; o mesmo vale para vaticínios de crises agudas ou complexas demais para serem compreendidas ou enfrentadas (Schuhmacher, 2025). Dentre as razões para essa hesitação, há um aspecto de ordem prática: o assombro traz sempre o risco de embotar o pensamento e frear a ação. Não se trata, por outro lado, de minimizar o tamanho dos desafios que se entrelaçam neste primeiro quarto do século XXI, nem tampouco de retirar a sociologia de campo.

Uma das formas de lidar com a complexidade é considerar seriamente os obstáculos à frente, ponderando contribuições específicas da disciplina e as possibilidades de trabalho coletivo multidisciplinar. No presente dossiê, temos a oportunidade de contar com dois artigos que pensam a sociologia diante de uma das mais pungentes crises do presente, qual seja, a crise climática.

Irene Strazzeri recorre a uma rearticulação de dois autores centrais da teoria crítica para pensar a crise climática como tema sociológico. Mais especificamente, a autora propõe uma releitura da teoria adorniana sobre a dominação da natureza, articulada com a crítica de poder de Axel Honneth, que lhe permite mostrar como o ativismo ambiental recente – em especial as ações performáticas que utilizam obras de arte como alvo simbólico – revela formas alternativas de integração social que escapam à lógica da dominação. Em sua análise, tais práticas tornam visível a dimensão ética da justiça intergeracional e apontam para uma reconfiguração normativa, baseada na ideia de sustentabilidade e no reconhecimento da Terra como portadora de direitos. A sociologia é aqui convocada a assumir um papel crítico diante da crise ambiental, não apenas denunciando a alienação histórica entre sociedade e natureza, mas também abrindo espaço para práticas de desalienação. Strazzeri sugere que, ao articular emoção, razão crítica e ação coletiva, a disciplina pode contribuir para romper a paralisia social frente à catástrofe ecológica, ajudando a imaginar futuros possíveis e modos de vida sustentáveis.

No texto de autoria de Elaine Santos a discussão adentra um nível a um só tempo mais concreto e mais abstrato. Pesquisadora com larga experiência sobre o tema das matrizes energéticas, Santos constrói sua análise sobre desafios emergentes à sociologia por meio de um texto escrito como *relato de campo*, por ocasião de sua atuação junto a uma missão de pesquisa interdisciplinar no Vale do Jequitinhonha. Dentre as várias contribuições trazidas pela autora, destacamos o modo como são apresentadas as tensões entre saberes propriamente técnicos relativos ao tema da energia e o conjunto de saberes e questões normalmente atribuídas às ciências sociais. Em vez de indicar diferentes intencionalidades ou posicionamentos em relação ao tema da energia – como, por exemplo, entre a busca por avaliar a viabilidade técnica de determinada forma de produção energética e o impacto social desse processo – Santos afirma que um maior ou menor conhecimento técnico do assunto, no caso, a exploração do Lítio, tem implicações sobre a possibilidade de construção de um diagnóstico sociológico acurado. Sobrepõe-

se a isso, ademais, a tendência à instauração de uma hierarquia tácita entre pesquisadores de diferentes áreas, justamente em virtude da diferença quanto à densidade do saber técnico. Centrada nesse caso específico, a autora aponta desafios de ordem teórica e metodológica que emergem na medida em que os problemas sociais são atravessados por relações complexas entre distintos domínios da realidade, nos quais o “social” não pode ser separado de outros aspectos. Tendo como pano de fundo a transição energética, que implica também elementos de crise social, o relato conclui sua análise com um mapeamento dos principais desafios para a sociologia, que dizem respeito à capacidade de aprofundar a relação com a dimensão técnica do objeto sem abrir mão de sua especificidade disciplinar e à forma de lidar com o tema do posicionamento valorativo, de modo a sustentar uma sociologia que seja crítica sem recair no que chama de “vieses confirmatórios”.

Considerações finais

O breve percorrido que traçamos neste artigo de apresentação indica, como se pode ver, que o debate sobre a crise aos olhos da sociologia e sobre a própria crise da sociologia está longe de ser esgotado. O estupor diante das crises do mundo resulta não apenas de sua complexidade, mas dos efeitos deletérios de seus possíveis prolongamentos. Das capas de jornais às páginas de revistas científicas abundam alertas e evidências de que a sobrevivência do planeta está em jogo, para não mencionar o sem-número de outros tantos riscos eminentes nas mais variadas ordens – geopolítica, financeira, ecológica, alimentar, sanitária. Esses vaticínios articulados na agenda do dia fazem-nos pensar nos versos do poeta mineiro:

[...]

Com a chave na mão
quer abrir a porta,
não existe porta;
quer morrer no mar,
mas o mar secou;
quer ir para Minas,
Minas não há mais.
José, e agora?

[...]

(Carlos Drummond de Andrade, José)

As controvérsias sobre a crise da sociologia, por sua vez, parecem apenas outra camada em um cenário pouco animador. Contudo, a discussão sobre a crise deve ser tomada como ocasião para refinar a compreensão dos processos em curso, tarefa na qual a sociologia tem, sem dúvida, papel importante a desempenhar. Como vimos, discussões intradisciplinares sobre os sentidos da sociologia, sobre suas premissas epistêmicas, sobre as fronteiras entre conhecimento e práxis, sobre fragmentação ou pluralidade (a depender de como se veja a questão), sobre mudanças no cânone etc., têm sido recorrentes na história disciplinar. Em nenhum desses contextos a disciplina deixou de existir; ao contrário, as divergências têm, muitas vezes, operado como motor para sua transformação, ou, como trazemos no título deste dossiê, para suas metamorfoses. É difícil prever quais novas formas a sociologia inventará para si, mas apostamos que as crises *do mundo* são, hoje como outrora, catalisadoras para que a sociologia trabalhe suas próprias crises e siga reinventando formas de produzir conhecimento. Entre a aposta num futuro em que a sociologia siga relevante e as incertezas desse caminho, evocamos uma vez mais o poema de Drummond:

Mas você não morre,
você é duro, José!

Sozinho no escuro
qual bicho do mato,
sem teogonia,
sem parede nua
para se encostar,
sem cavalo preto
que fuja a galope,
você marcha, José!
José, para onde?

O dossiê que ora apresentamos é um convite para que esse debate possa ser aprofundado no contexto das ciências sociais brasileiras. Acreditamos tratar-se de uma questão merecedora de nossa atenção, não apenas pelas peculiaridades da crise neste contexto nacional, mas sobretudo em virtude do caráter plural, vigoroso e criativo das pesquisas e debates intelectuais desenvolvidos no Brasil. Desejamos que os artigos aqui reunidos sejam tomados como indicativos de caminhos possíveis para seguir essa discussão, esperando constituir um campo sempre mais abrangente de interlocução nacional e internacional.

Referências

- Alatas, Farid, & Sinha, Vineeta. (2017). *Sociological Theory beyond the Canon*. Palgrave Macmillan.
- Alexander, Jeffrey C. (1977). Review: S.N. Eisenstadt and M. Curelaru, The Form of Sociology: Paradigms and Crises. *Contemporary Sociology*, 6 (6), 658–661.
- Alexander, Jeffrey. (1987). The new theoretical movement is Sociology. In N. Smelser (ed.) *Handbook of Sociology*, (pp. 77-102). Sage.
- Bariani, Edison. (2006). Padrão e salvação: o debate Florestan Fernandes x Guerreiro Ramos. *Revista Cronos*, 7 (1), 1. <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3194>.
- Beck, Ulrich. (1997). *What is globalization*. Polity Press.
- Bhambra, Gurminder K., & Holmwood, John. (2021). *Colonialism and Modern Social Theory*. John Wiley & Sons.
- Boltanski, Luc, Esquerre, Arnaud, & Lazarus, Jeanne. (2024). La sociologie est-elle toujours en crise? *Communications*, 114 (1), 211–21. <https://doi.org/10.3917/commu.114.0211>
- Boudon, Raymond. (1971). *La crise de la sociologie. Questions d'épistémologie sociologique*. Librairie Droz. <https://doi.org/10.3917/droz.boudo.1971.01>.
- Bourdieu, Pierre. (2011). *Homo Academicus*. 2a. Editora da UFSC.
- Brasil Jr., Antonio. (2013). A reinvenção da sociologia da modernização: Luiz Costa Pinto e Florestan Fernandes (1950-1970). *Trabalho, Educação e Saúde* 11 (1), 229–49. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462013000100013>.
- Burawoy, Michael. (2005). 2004 American Sociological Association Presidential address: For public sociology. *The British Journal of Sociology*, 56(2), 259-294. <https://doi.org/10.1111/j.1468-4446.2005.00059.x>
- Busino, Giovanni. (1990). Sociology in Crisis. *Revue Européenne des Sciences Sociales*, 28 (88), 193-203.
- Caillé Alain, & Vanderberghe, Frédéric. (eds.) (2021). *For a New Classic Sociology. A Proposition, followed by a Debate*. Routledge.
- Calhoun, Craig. (2022). For Sociology: May our arguments unite us. *Critical Sociology*, 48 (2), 197–203. <https://doi.org/10.1177/089692052211075652>
- Calhoun, Craig, Gerteis, Joseph, Moody, James, Pfaff, Steven, & Indermohan, Virk. (2002). Introduction. In: *Contemporary Sociological Theory*. (pp. 1-222). Blackwell.

- Coenen-Huther, Jacques. (1995). Crise de la Sociologie ou Sociologues en crise? *Revue Européenne des Sciences Sociales*, 33 (100), 185–89. <https://www.jstor.org/stable/40370950>.
- Connell, Raewyn. (2006). Northern Theory: The political geography of general social theory. *Theory & Society*, 35(2), 237-64.
- Connell Raewyn. (2018). Decolonizing Sociology. *Contemporary Sociology*, 47(4), 399-407.
- Connell, Raewyn. (2019). Canons and Colonies: the global trajectory of Sociology. *Estudos Históricos*, 32(67), 349–67. <https://doi.org/10.1590/s2178-14942019000200002>.
- Connell, R. W. (1997). Why is classical theory classical? *American Journal of Sociology*, 102(6), 1511-1557.
- Cusicanqui, Silvia. (2010). *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Tinta Limón Ediciones.
- Daflon, Verônica T., & Chaguri, Mariana M.. (2023). Mulheres na Teoria Social: presente e passado para uma sociologia plural. *Sociologias*, 24(61)16–24. <https://doi.org/10.1590/18070337-129026>.
- Das, Veena. (1993). Sociological research in India: The state of crisis. *Economic and Political Weekly*, 28(23), 1159-1161. <https://www.unipune.ac.in/snc/cssh/historysociology/A%20DOCUMENTS%20ON%20HISTORY%20OF%20SOCIOLOGY%20IN%20INDIA/A%202%20Crisis%20in%20sociology/A%202%2001.pdf>
- Dubet, François. (2020). Le retour de la société. *Sociologie. Revue du MAUSS*, 56 (2), 49–76. <https://doi.org/10.3917/rdm.056.0049>.
- Dufoix, Stéphane, and Éric Macé. 2019. “Les enjeux d’une sociologie mondiale non-hégémonique.” *Zilsel* 5 (1): 88–121. <https://www.cairn.info/revue-zilsel-2019-1-page-88.htm>.
- Eisenstadt, Shmuel N. (1976). *The Form of Sociology: Paradigms and crises*. John Wiley & Sons, Ltd.
- Eppard, Lawrence, Savolainen, Jukka, Campbell, Bradley, & Mackey, Jacob L. (2025). Sociology in Crisis. *Theory and Society*, 54(3), 459–474. <https://doi.org/10.1007/s11186-025-09630-6>.
- Fassin, Didier, & Steinmetz, George. (eds.) (2023). *The Social Sciences in the Looking Glass: Studies in the production of knowledge*. Duke University Press.
- Freitas, Renan S. de. (2022). Three places for ‘science’s legitimacy’ crisis. *Tempo Social*, 33 (3), 47-69. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.187549>

- Go, Julian. (2020). Race, empire, and epistemic exclusion: Or the structures of sociological thought. *Sociological Theory* 38(2), 79–100. <https://doi.org/10.1177/0735275120926213>.
- Goldthorpe, John H. (2006). *On Sociology. Second Edition. Volume One. Critique and Program*. Stanford University Press.
- Gouldner, Alvin W. (1971). *The Coming Crisis of Western Sociology*. Heinemann Educational Publications.
- Graf, Rüdiger, & Föllmer, Moritz. (2012). The Culture of ‘Crisis’ in the Weimar Republic. *Thesis Eleven*, 111(1), 36–47. <https://doi.org/10.1177/0725513612445364>
- Grünig, Barbara, & Santoro, Marco. (2021). Is there a canon in this class? *International Review of Sociology* 31(1), 7–25. <https://doi.org/10.1080/03906701.2021.1926674>
- Gurvitch, Georges. (1956). La Crise de l’explication en sociologie. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 21, 3–18. <https://www.jstor.org/stable/40688966>
- Habermas, Jürgen. (1988). *Legitimation Crisis*. Polity Press.
- Hamlin, Cynthia L., Weiss, Raquel A., & Brito, Simone M. (2022). In defense of a polyphonic sociology: Introducing female voices into the sociological canon. *Sociologias*, 24(61), p. 26-59
- Heinich, Nathalie. (2020). Et moi je l’aime toujours plus, la sociologie. *Revue du Mauss*, (56), 40–48.
- Koselleck, Reinhart. (2006). Crisis. Traduzido por Michaela Richter. *Journal of the History of Ideas*, 67(2), 357–400.
- Kuhn, Thomas. (2012). *The structure of scientific revolutions*. The University of Chicago Press.
- Lacerda, Marcos, & Magnelli, André, & Garcia, José Luis. (2021). O tempo presente: uma vocação teórica e sociológica. *Norus*, 9(15), 3-24. <https://doi.org/10.15210/norus.v9i15.21664>
- Lahire, Bernard. (2021). Manifeste pour la science sociale. *AOC media*. (online). <https://aoc.media/analyse/2021/09/01/manifeste-pour-la-science-sociale/>.
- Lahire, Bernard. (2023). *Les structures fondamentales des sociétés humaines*. La Découverte.
- Lengermann, Patricia M., & Niebrugge-Brantley, Jill. (1998). *The Women Founders: Sociology and Social Theory, 1830-1930; a Text with Readings*. McGraw-Hill.

- Lepenies, Wolf. (1996). *As três culturas*. Edusp.
- Maia, Felipe. (2021). Crise, crítica e reflexividade: problemas conceituais e teóricos na produção de diagnósticos de época / Crisis, critique and reflexivity: conceptual and theoretical problems in diagnoses of times. *Sociologias*, 23(56), 212-243. <https://doi.org/10.1590/15174522-95597>
- Maia, João Marcelo Ehlert. (2015). A sociologia periférica de Guerreiro Ramos. *Caderno CRH*, 28 (73), 73. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v28i73.19848>
- Maia, João Marcelo Ehlert. (2023). Ensinando a partir do sul: novos diálogos entre a história da sociologia e a teoria sociológica (Introdução). *Revista Brasileira de Sociologia*, 11(27), 5–22. <https://doi.org/10.20336/rbs.916>.
- Marshall, Barbara L., & Anne Witz. (2004). *Engendering the Social*. Open University Press.
- Martins, Hermínio. (1996). *Hegel, Texas - e outros ensaios de teoria social*. Século XXI.
- Martins, José de S. (2013). *A sociologia como aventura: memórias*. Contexto.
- Martins, Paulo Henrique. (2019). Narrativas da crise: entre a recolonialidade neoliberal e as versões em disputa. In: *Teoria crítica da colonialidade*. Ateliê de Humanidades.
- Miglievich-Ribeiro, Adelia, & Brito, Simone M. (2024). Caminhos da crítica: identidades, feminismos e projetos emancipatórios. *Civitas*, 24(1) e45549. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2024.1.45549>
- Moebius, Stephan. (2021). Reconstruction and consolidation of sociology in West Germany from 1945 to 1967. In: S. Moebius (org.) *Sociology in Germany: A History*. Springer.
- Moodie, Nikki M. (2023). Gender, Epistemic Violence, and Indigenous Resistance. In: M. Walter, T. Kukutai, A.A. Gozales, & R. Henry (eds.). *The Oxford Handbook of Indigenous Sociology*. Oxford University Press.
- Morin, Edgar. (1976). Pour une crisologie. *Communications*, (25), 149–63.
- Morris, Aldon D. (2015). *The Scholar Denied: W. E. B. Du Bois and the birth of modern sociology*. University of California.
- Outhwaite, William. (2021). 1920: A Caesura in Social Theory? *Czech Sociological Review*, 56(6), 897–910. <https://doi.org/10.13060/csr.2020.046>
- Parsons, Talcott. (1937). *The Structure of Social Action*. The Free Press.
- Parsons, Talcott. (2021). *Estrutura da ação social*. Editora Vozes.

- Pellegrino Vincenza, & Ricotta, Giuseppe. (2020). Global social science. Dislocation of the abyssal line and post-abyssal epistemologies and practices. *Rassegna Italiana di Sociologia*, (4), 803-828.
- Pendenza, Massimo. (2025). Canonicità riflessiva. In difesa della sociologia classica. *Sociologia Classica Contemporanea*, 1(1), 27-46. <https://doi.org/10.82020/scc.v1i1.492>
- Preunkert, Jenny. (2011). Die Krise in der Soziologie. *Soziologie - Forum der Deutschen Gesellschaft für Soziologie*, 40 (4), 432-442. <https://publikationen.sozioologie.de/index.php/soziologie/de/article/view/683>.
- Quijano, Anibal. (1992). Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. *Perù Indígena*, 13(29), 11-20.
- Ricoeur, Paul. (1988). La Crise: Un Phénomène Spécifiquement Moderne? *Revue de Théologie et de Philosophie*, 120(1), 1-19. <https://www.jstor.org/stable/44356679>.
- Ricotta, Giuseppe. (2025). Stratificazione sociale e colonialità. Appunti per una lettura decoloniale del canone sociologico. *Sociologia Classica Contemporanea*, 1(1), 47-63. <https://doi.org/10.82020/scc.v1i1.493>
- Ricotta, Giuseppe, & Ruocco, Giovanni. (eds.) (2025). *Pensare, classificare, costruire l'alterità. Percorsi di critica postcoloniale*. Castelveccchi.
- Rosa, Marcelo C. (2019). Sociologias indígenas ioruba: a África, o desconcerto e ontologias na sociologia contemporânea. *Estudos Históricos*, 32(67), 389-408. <https://doi.org/10.1590/s2178-14942019000200004>
- Schuhmacher, Isette.(2025). *Gesellschaftskrisen: Eine sozialphilosophische Krisenkonzeption*, (Tese de Doutorado não publicada, Humboldt-Universität zu Berlin, 2025).
- Sell, Carlos Eduardo. (2025). A Destruição dos clássicos da sociologia: democratização ou homogeneização? *Revista Brasileira de Sociologia - RBS*, 13, e-rbs.1057. <https://doi.org/10.20336/rbs.1057>
- Starn, Randolph. (1971). Historians and 'crisis'. *Past & Present*, (52), 3-22.
- Steinmetz, George. (2023). Concept - Quake: From the History of Science to the Historical Sociology of Social Science. In: D. Fassin, & G. Steinmetz (orgs.). *The Social Sciences in the Looking Glass: Studies in the Production of Knowledge*. Duke University Press.
- Susen Simon. (2020). *Sociology in the Twenty-First Century*. Palgrave Macmillan.
- Sydie, Rosalind Ann. (1994). *Natural Women, Cultured Men: A Feminist Perspective on Sociological Theory*. UBC Press.

- Tooze, Adam. (2022a). *Chartbook #130* Defining Polycrisis - from Crisis Pictures to the Crisis Matrix. Substack newsletter. Chartbook, June 24. <https://adamtooze.substack.com/p/chartbook-130-defining-polycrisis>
- Tooze, Adam. (2022b). Welcome to the World of the Polycrisis. Global Economy. *Financial Times*, October 28. <https://www.ft.com/content/498398e7-11b1-494b-9cd3-6d669dc3de33>
- Tooze, Adam. (2022c). *Chartbook #131* Calibrating the Polycrisis - with the Help of the Bank of International Settlements. Substack newsletter. Chartbook, June 26. <https://adamtooze.substack.com/p/chartbook-131-calibrating-the-polycrisis>.
- Turner, Jonathan H. (1993). *Classical Sociological Theory: A positivist's perspective*. Wadsworth Publishing Company.
- Vandenberghe, Frédéric, & Fuchs, Stephan. (2019). On the Coming End of Sociology. *Canadian Review of Sociology = Revue Canadienne de Sociologie*, 56(1), 138–43. <https://doi.org/10.1111/cars.12238>
- Wallerstein, Immanuel. (1979). *The Capitalist World Economy*. Cambridge University Press.
- Wagner, Gerhard. (2012). The Imitation of Science: On the Problem of the Classics in Sociology. In Hans-Georg Soeffner (ed.). *Transnationale Vergesellschaftungen: Verhandlungen Des 35. Kongresses Der Deutschen Gesellschaft Für Soziologie in Frankfurt Am Main 2010*. Springer.
- Wagner, Peter. (1994). *A sociology of modernity: liberty and discipline*. Routledge.
- Wagner, Peter. (2001). *A history and theory of the social sciences: Not all that is solid melts into air*. Sage Publications.
- Werneck Vianna, Luiz, Carvalho, Maria Alice R. de, & Cunha Melo, Manuel Palácios. (2004). A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa. In: *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Editora Revan.
- Wieviorka, Michel. (2009). La sociologie et la crise: Quelle crise, et quelle sociologie? *Cahiers internationaux de sociologie*, 127 (2), 181–98. <https://doi.org/10.3917/cis.127.0181>

Recebido: 17 set. 2025.

Aceito: 25 set. 2025.



Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)